

O TRABALHO DE CURSO: DESENVOLVIMENTO DOCENTE E DISCENTE NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

COURSE RESEARCH PAPER: TEACHER AND STUDENT DEVELOPMENT IN BUSINESS ADMINISTRATION COURSES

Claudia Pereira de Pádua SABIA *
Marisa ROSSINHOLI**

RESUMO: O Ensino de Administração no Brasil tem passado por um elevado crescimento de cursos e alunos nas últimas décadas, apresentando uma série de mudanças nas suas diretrizes. Atualmente, conforme o parecer CNE 23/2005 e resolução CNS/CNE 1/2004, o trabalho de curso, tendo como uma das opções a Monografia, apresenta-se como opcional, mas o mesmo é incorporado na análise da Avaliação das Condições de Ensino realizada nos últimos anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e Ministério da Educação - MEC. Somando-se a isto, a importância da realização da pesquisa nos cursos de Administração como forma de desenvolvimento docente e discente vem levando vários cursos à incorporação desta atividade. Assim, este trabalho busca refletir sobre a atividade de Monografia. Com este objetivo é feita uma análise inicial do desenvolvimento e regulamentação dos cursos de Administração no Brasil, seu crescimento e perfil dos discentes. Na seqüência, analisam-se as mudanças ocorridas em uma Instituição de Ensino Superior específica, destacando o processo de crescimento de matrículas

* Doutoranda em Educação pela UNESP, Marília, SP. Diretora da Faculdade de Ciências Humanas, UNIMAR - SP - Brasil.

** Doutoranda em Educação pela UNESP, Piracicaba, SP. Professora da Faculdade de Ciências Humanas, UNIMAR - SP - Brasil.

do curso e a avaliação que os discentes formados nos últimos três anos fizeram do Trabalho de Curso.

UNITERMOS: ensino de Administração; pesquisa; monografia.

ABSTRACT: The teaching of Business Administration in Brazil has been through an increase of courses and students in the last decades. Hence, some changes in its guiding have appeared. Currently, according to the 23/2005 CNE (National Education Council) report and the 1/2004 CNS/CNE resolution, the course research paper can be optional but anyway it is included for the analysis on the Teaching Conditions Evaluation which is carried out by INEP –Educational Studies and Research National Institute and MEC – Secretary of Education. Moreover, the importance of making research in an Administration Course as a way of student’s development has made several courses introduce this kind of activity to their curriculum. So, this paper has the objective of reflecting about writing a research paper. Aiming it, we first made an analysis on the development and settlement of Administration course in Brazil, as well as its growing and students’ profile. Then we analyzed the changes that occurred in a specific Institution highlighting the increasing in the number of students enrolled and the evaluation performed on the writing paper by the students, who majored in the last three years.

UNITERMS: Administration Teaching; research; research paper.

INTRODUÇÃO

O ensino de Administração no Brasil tem crescido muito a partir dos anos 80 e, principalmente, na última década do século XX, sendo assim importante discuti-lo, de forma a garantir o crescimento profissional e o desenvolvimento intelectual de seus formandos.

Este artigo pretende refletir sobre a pesquisa na área de Administração, identificando o Trabalho de Curso, não apenas como elemento de desenvolvimento do corpo docente, mas como parte da formação discente.

Inicialmente, apresentamos a inserção do curso de Administração no Brasil, seu crescimento e o perfil dos discentes. Na seqüência,

analisamos a importância da Monografia como uma modalidade do Trabalho de Curso que incentiva o desenvolvimento docente e discente, permitindo, principalmente, aos alunos um maior conhecimento da área pesquisada, bem como da definição e do uso da metodologia.

Finalizando, apresentamos a atividade da Monografia sob a ótica dos egressos do curso de Administração da Universidade de Marília.

1 - O modelo da Universidade Brasileira e o ensino de Administração

A decisão de criar um modelo brasileiro de Universidade, importando idéias de vários modelos, com histórias diferentes, fez com que, na Reforma de 68¹, o pragmatismo americano (de base taylorista) fosse associado ao ideal germânico da indissociabilidade ensino-pesquisa, acrescentando-se a extensão.

O ensino superior brasileiro, até a década de 1960, constitui-se, para Braga (1989, p. 6), como o primeiro momento da vida universitária no país e reproduz o elitismo da universidade européia: poucos alunos, todos jovens e do sexo masculino, de origem aristocrática ou burguesa.

No contexto político, econômico e social da década de 60, necessitávamos de um grande contingente de alunos no ensino superior, que pudesse atender aos objetivos dos governos militares a partir de 64: promover o aprimoramento tecnológico nacional, condição *sine qua non* do desenvolvimento econômico; projetar o Brasil internacionalmente como “grande potência”; formar mão-de-obra requerida pelo processo de industrialização e atender à demanda de mulheres no mercado de trabalho, aumentando a procura por vagas no ensino superior.

¹ Lei 5.540/68 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, chamada de Lei da Reforma Universitária, reformulou a estrutura do ensino superior. (SAVIANI, 1997, p. 21).

Segundo Martins (1989), o surgimento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a criação da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP) marcaram o ensino e a pesquisa de temas econômicos e administrativos no Brasil, contribuindo para o processo de desenvolvimento econômico do país. Estas instituições ocuparam posição dominante no campo das instituições de ensino de administração, assim como de referência do posterior desenvolvimento desses cursos.

Em 1954, foi criada a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) pela FGV, que escolheu esta cidade por ser considerada a capital econômica do país, com o intuito de atender às expectativas do empresariado, embora dois anos antes já tivesse criado a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) que visava o treinamento de especialistas em Administração Pública.

A FGV foi fundada no momento mesmo em que o ensino superior brasileiro deslocava-se de um modelo europeu para um modelo norte-americano, e isto foi marcante na escolha do perfil da instituição já quando foi concebida. A Fundação Getúlio Vargas firmou um acordo com a USAID (Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos), no qual o governo norte-americano se comprometia a manter junto a esta escola uma missão universitária de especialistas em administração de empresas, recrutada junto à Universidade de Michigan. Por outro lado, a Fundação Getúlio Vargas enviaria docentes para estudos de pós-graduação nos Estados Unidos, com o intuito de preencher os quadros do corpo docente da EAESP². Este convênio revela a influência do ensino de administração norte-americano na realidade brasileira, evidenciado, sobretudo, através dos currículos e bibliografias.

Enquanto a criação da EBAP e EAESP da FGV correspondeu a um momento histórico em que o segundo Governo de Vargas procurou conduzir uma política econômica baseada na criação de

² ANAIS II Seminário Nacional sobre qualidade e avaliação dos Cursos de Administração, 1997, p.19.

empresas estatais e empresas privadas nacionais, retornando ao tema do nacionalismo, a criação do curso de Administração da FEA coincidiu com um momento em que a grande empresa estrangeira havia se consolidado no mercado interno nacional.

Segundo Martins (1989), a partir de 1972, o Instituto de Administração (FEA-USP) foi reestruturado, não mais ligado a um grupo de disciplinas, mas ao departamento de Administração. Seu principal objetivo tem sido prestar serviços a entidades públicas e privadas, realizando pesquisas e treinamento de pessoal. Os serviços prestados geraram um fundo de pesquisa, transformando-o num órgão captador de recursos no interior da FEA.

A criação e evolução dos cursos de administração no Brasil ocorreram no interior de Instituições Universitárias já consolidadas, tornando-se parte de um complexo de ensino e pesquisa. Essas escolas transformaram-se em pólos de referência para a organização e funcionamento deste setor.

No final dos anos sessenta, a evolução dos cursos de administração ocorreria, não mais vinculada a Instituições Universitárias, mas às Faculdades Isoladas que proliferaram dentro do processo de expansão privatizada na sociedade brasileira.

A grande expansão dos cursos de Administração iniciada na década de 70 e intensificado na década de 90, principalmente em Faculdades Isoladas ou Integradas, na sua maioria, reflete a enorme demanda do mercado de trabalho por esse profissional na sociedade brasileira, junto com o baixo investimento para oferecimento desta graduação.

Na Constituição de 1988 no artigo 9º, parágrafo 207, a Universidade é caracterizada pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e de extensão, enquanto na Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) não foi mantida a redação do parágrafo 207, pois em seu artigo 45 estabelece apenas que o ensino superior privado será ministrado “em instituições públicas ou privadas, com variados graus de abrangência e especialização” (SAVIANI, 1997, p. 176).

Desse modo, a Lei permitiu a abertura para que, posteriormente, através do Artigo 8º do decreto 2.306/97, pudessem ser criadas outras formas de organização acadêmica, com autonomia para o desenvolvimento de atividades na área de ensino e de formação profissional. Diante da não obrigatoriedade da Lei em manter coesas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, os cursos de Administração criados por outras formas de organização acadêmica, em sua grande maioria, em Faculdades Isoladas ou Faculdades Integradas, não são obrigados a oferecer atividades de pesquisa além do ensino. E desse modo vão privilegiar apenas a modalidade do ensino que requer menos investimentos e também menor qualificação docente.

O fato da maioria das Instituições de Ensino Superior que oferecem os cursos de Graduação em Administração não privilegiar a pesquisa traz como conseqüências a baixa qualidade dos cursos e um contingente de egressos despreparados para a realidade do mundo empresarial.

Os primeiros cursos de Administração da FGV e da FEA privilegiaram a pesquisa como forma de interação com o mercado de trabalho, atualizando os conhecimentos, prestando serviços, produzindo conhecimento novo que retornava à empresa e novamente à universidade, mantendo um círculo virtuoso de cooperação.

O curso de Administração, que tem no mundo dos negócios, no dia-a-dia das empresas a sua “matéria-prima”, não pode prescindir das atividades de pesquisa indispensáveis para formarmos o perfil profissional requerido em ambientes turbulentos, mutáveis e competitivos. Como manter o administrador atualizado às demandas do mercado? Como promover inovações de processos, produtos ou serviços? Como se manter competitivo diante do mercado global? Não se pode acreditar que um quadro teórico delineado por um bom currículo é suficiente para desenvolvermos todas as competências requeridas ao futuro profissional.

Este trabalho propõe-se apresentar algumas questões importantes no intuito de implementar a pesquisa como atividade para

a formação do administrador. A partir do momento em que os avaliadores *ad hoc* do INEP, na aplicação do “instrumento Avaliação das Condições de Ensino”, incluíram na sua análise o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como um item importante, os coordenadores de curso, que estão em busca de melhores resultados na Avaliação do seu curso, passaram a se interessar pelo TCC ou outra denominação similar.

Dentro deste contexto encontramos uma grande oferta de cursos de Administração na área privada, que exploravam a educação superior como uma atividade econômica sem, entretanto, apresentar à sociedade os resultados dos seus serviços, ou seja, não havia nenhum instrumento que pudesse avaliar a qualidade dos cursos de administração, o que passou a ocorrer a partir da Lei 9.131/95 que instituiu O Exame Nacional de Cursos (conhecido como Provão), hoje Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE), e a Avaliação *in loco* dos cursos, inicialmente Avaliação das Condições de Oferta e hoje Avaliação das Condições de Ensino.

Este amplo Sistema Nacional de Avaliação, iniciado no Governo Fernando Henrique Cardoso, desencadeou uma série de mudanças nos cursos de graduação no país, objetivando a qualidade dos mesmos. O curso de Administração, objeto de nosso estudo, dependendo da avaliação recebida poderia perder o reconhecimento, que deixou de ser definitivo. A partir deste instrumento legal, os cursos de Administração buscaram implementar atividades, tais como, construir projeto pedagógico, rever os currículos, aprimorar o processo de estágio, incentivar a qualificação docente e desenvolver atividades de pesquisa tanto docente como discente. Atualmente, o processo de avaliação nacional continua sob novo formato neste governo através da Lei 10.861/2004, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Diante desses aspectos abordados quanto ao desenvolvimento dos cursos de Administração no Brasil, cabe também fazer uma menção ao delineamento do currículo de acordo com as necessidades do mercado de trabalho e mudanças do ambiente, desde que a profissão foi regulamentada.

A regulamentação dessa atividade ocorreu na metade da década de 60, pela Lei nº 4.769 de 09 de setembro de 1965. No ano seguinte, por meio do Parecer 307/66, aprovado em 08 de julho de 1966, o Conselho Federal de Administração (CFA) fixou o primeiro currículo mínimo do curso de Administração.

Tal currículo procurou agrupar matérias de *cultura geral*, objetivando o conhecimento sistemático dos fatos e condições institucionais em que se insere o fenômeno administrativo; as *instrumentais*, oferecendo os modelos e técnicas, de natureza conceitual ou operacional, e as de *formação profissional*.

A partir dessa regulamentação, procurou-se instituir organismos efetivos que controlassem o exercício da profissão e, assim, foram criados os Conselhos Regionais.

Na década de 90, com a abertura para o mercado externo deflagrada pelo Governo Collor, a concorrência interna exacerbou-se. Com a evolução da tecnologia da informação e do desenvolvimento tecnológico em sentido mais amplo, as empresas nacionais passaram a requisitar profissionais cada vez mais capacitados para fazerem frente à concorrência das empresas estrangeiras.

Diante desse cenário, em 1993, após vários encontros promovidos pela Associação Nacional de Cursos de Graduação em Administração - ANGRAD e pelo CFA, chegou-se ao novo currículo mínimo do Curso de Administração. A Resolução nº 2, de 04 de outubro de 1993, fixou os conteúdos mínimos e a duração do curso de Graduação em administração.

A nova estrutura curricular, incluídas as matérias de cultura geral, as instrumentais e as de formação profissional, envolve um trabalho metodológico despojado de fronteiras rígidas e conseqüentemente de compartimentação estanque. Foi necessária a incorporação de algumas características intelectuais indispensáveis a um moderno curso de Administração, tais como: comunicação interpessoal, ética profissional, capacidade de adaptação. Desse modo, a Resolução nº 2 continha orientações no sentido de que o currículo atendesse às

necessidades do meio social. O curso deveria propiciar o estímulo à imaginação e à criatividade dos alunos, procurando exercitar seu raciocínio analítico, inspirar sua capacidade de realização e desenvolver suas habilidades de expressão oral e escrita. Com base nessa Resolução, começamos a discutir como desenvolver habilidades e competências.

Desde a regulamentação da profissão em 1965, várias organizações ligadas à profissão como Conselho Federal de Administração, Conselho Regional de Administração, ANGRAD, vêm trabalhando junto ao Conselho Federal de Educação para que as regulamentações do curso de administração mantenham-se atualizadas e contemplem as especificidades requeridas, buscando o aprimoramento da profissão, como pode ser verificado na promulgação das Diretrizes Curriculares da Administração (Resolução CNE/CES nº 1/2004) que contemplam a estrutura prevista para os projetos pedagógicos que devem abranger:

[...] o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o Estágio Curricular Supervisionado, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade como Trabalho de Curso, componente opcional da Instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico. (CES/CNE, 2004)

2 – O Crescimento dos Cursos de Administração e o perfil atual dos discentes

Para contextualizar o debate que se pretende realizar é de fundamental importância a análise do crescimento dos cursos de Administração e o atual perfil dos graduandos nesta área.

2.1 – Análise do crescimento dos Cursos de Administração

Como apresentado anteriormente, os cursos de Administração passaram por um grande crescimento no final da década de 60 e início da década de 70 do século XX, mas foi na década de 90, com a expansão do Ensino Superior Privado, que o crescimento apresentou-se de forma extremamente acelerada. Se em 1995 o número total de cursos de graduação em Administração era de 478, em 2003 este número já atingia 1710³, configurando um aumento de 257,75% somente nestes 8 anos (INEP, 2005).

O mesmo pode ser observado no número de matriculados: em 1995 apresentava-se na ordem de 209.912 e em 2003 já somavam 564.681. Estes dados podem ser melhor visualizados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Evolução do número de cursos de Administração (1954-2003)⁴

Ano	Nº de cursos de Administração
1954	2
1967	31
1973	177
1978	244
1995	478
2003	1710 ⁵

No ano de 2003, o número de matrículas no curso de Administração totalizava 564.681 o que representava o percentual

³ A classificação na Sinopse Estatística do INEP apresenta-se de forma abrangente como “Gestão e Administração”, sendo que constavam 46 nomenclaturas e especificidades diferentes no ano de 2003, último dado disponível de forma agregada.

⁴ Os dados de 1954 a 1978 são apresentados em ANAIS (1997) e os dados de 1995 e 2003 no INEP (2005).

⁵ Do total de 1710 cursos de graduação na área de Administração, 1346 tem como denominação apenas “Administração” sendo que o restante atende as habilitações e também a denominação “gestão”.

de 14,53% do total de estudantes (3.887.022) do Ensino Superior no Brasil em graduação presencial, constituindo-se no maior curso em número de alunos.

2.2 – O Aluno de Administração

Para compreender o universo dos Cursos de Administração no Brasil e, principalmente, dos Cursos de Administração nas Instituições de Ensino Privadas, é necessário identificar o perfil deste aluno. Para isto, apresentam-se com grande relevância os dados fornecidos pelo INEP por hora da divulgação dos resultados do Exame Nacional de Cursos – Provão de 2002.

Verifica-se que o percentual de alunos concluintes do sexo masculino (51,6%) é pouco maior que do sexo feminino (48,4%) o que já mostra uma mudança de perfil no decorrer dos anos.

Os formandos em Administração são jovens, 49,4% tinham até 24 anos, sendo que 36,6% encontravam-se entre os 24 e 29 anos.

No que se refere à renda, verifica-se que apesar de mais de 70% possuir renda familiar entre R\$ 601,00 e R\$ 4.000,00, nas regiões Sul e Sudeste a renda é menor que nas demais (INEP, 2002).

Ainda pelos dados do INEP (2002) verifica-se que 60,5% dos formandos trabalhavam em tempo integral, o que para este estudo será fundamental, uma vez que se pretende discutir a pesquisa nos Cursos de Administração; para a região Sudeste este percentual é de 63,1%. Ao confrontar este dado com o índice de 75% dos formandos que não tiveram nenhum tipo de bolsa de estudo e de 42% dos graduandos que cursaram todo o ensino médio em escola pública, vai caracterizando-se o grande público dos Cursos de Administração: são alunos jovens, trabalhadores em período integral, oriundos da escola pública e de renda familiar média.

Não se pretende, por meio destes dados, estabelecer um padrão único para o aluno de todos os Cursos de Administração, muito menos

defender o discurso de que se este aluno vem do ensino médio público apresenta dificuldades e é menos preparado.

Em uma das questões apresentadas aos formandos, 68,1% dos formandos afirmaram que a faculdade deveria ter exigido muito ou um pouco mais do que foi exigido.

Perguntados sobre o hábito de leitura de livros não escolares, obteve-se que 67% dos graduandos leram três ou menos livros em um ano, sendo que 6,5% não leram nenhum livro; 50% dos formandos responderam que só assistem aulas ou, além destas, estudam no máximo de 1 a 2 horas por semana. (INEP, 2002).

Se na seqüência deste artigo procura-se refletir sobre a monografia como forma de pesquisa viável para a maior parte dos cursos, este fato chama a atenção e coloca em questionamento o hábito de leitura e, conseqüentemente, da redação, mesmo tratando-se de livros não escolares. Em relação ao tempo de estudo, fica visível que a prática de pesquisa ainda não é algo característico nestes cursos, apesar do crescimento que vem tendo com as exigências legais.

3 - A Monografia nos cursos de Administração

A monografia apresenta-se como uma das possibilidades de Trabalho de Conclusão de Curso. Para analisar a sua importância nos cursos de graduação e, especificamente, nos cursos de Administração faz-se necessária a definição de monografia. Para Inácio Filho (1995, p. 79):

Podemos caracterizar a monografia como uma síntese de leituras, observações, reflexões e críticas, desenvolvidas de forma metódica e sistemática por um pesquisador que relata a um ou mais destinatários um determinado escrito que seja o resultado de suas investigações, as quais, por sua vez têm origem em inquietações acadêmicas.

Assim, a condução da investigação destas inquietações por meio da definição de problema, objetivos, justificativa, metodologia e o seu desenvolvimento, levam o aluno à construção do conhecimento, à reflexão sobre uma determinada área deste conhecimento e à busca por respostas, proporcionando o seu desenvolvimento no sentido global.

Os Cursos de Administração, de maneira geral, apresentam um grande vínculo com o mercado de trabalho e, diferentemente de outros cursos de Graduação, não contemplam a atividade de Monografia ou Trabalho de Conclusão de Curso⁶ como obrigatória.

Muitas vezes se cria uma falsa contradição entre mercado de trabalho e formação teórica/acadêmica, o que, juntamente com um corpo docente inicialmente proveniente apenas do mercado de trabalho empresarial, levava a uma despreocupação com este tipo de atividade.

Lima (2004, p. 12) observa que:

O desenvolvimento de competências intelectuais capazes de viabilizar a produção do conhecimento ou a utilização do conhecimento produzido e disponível é cada vez mais importante. O valor do programas de formação que vislumbram a realização de pesquisas e elaboração de monografias desde a graduação é muito grande na medida em que este exercício contribui para o desenvolvimento de atitudes valiosas em uma sociedade cada vez mais ancorada na informação e no conhecimento.

No instrumento de *Avaliação das Condições de Oferta de Ensino de Graduação* utilizado pelo MEC no início dos processos

⁶ O parecer do Conselho Nacional de Educação 23/2005, de 3/02/2005, pretende uniformizar esta nomenclatura utilizando-se a partir de então a denominação Trabalho de Curso, que pode se apresentar na forma de monografia, projetos de iniciação científica ou projetos de atividades teórico-práticas e de formação profissional, o que por si só reflete nas atuais diretrizes a atual preocupação com este tipo de trabalho, mesmo não havendo a obrigatoriedade.

de avaliação dos cursos, não havia a avaliação e pontuação das atividades monográficas, mas a partir da sua alteração para o instrumento de *Avaliação das Condições de Ensino*, foram incluídas como elemento a ser observado e pontuado nesta avaliação.

Sendo assim, a preocupação com a questão da avaliação implementada nos últimos anos pode ser algo positivo, se for revertida em monografias realizadas com qualidade e metodologia científica e não encarada apenas como cumprimento de atividade obrigatória.

3.1 Importância da Monografia como forma de pesquisa

Traçado o perfil do aluno de Administração como um trabalhador que dispõe de poucas horas para dedicar-se ao estudo, principalmente nas Instituições de Ensino Superior Privadas, a Monografia apresenta-se como um elemento de associação entre Ensino, Pesquisa e Extensão na busca da excelência no Ensino Universitário. Para isto, faz-se importante a inclusão deste componente nos cursos de graduação em Administração.

Sobre a importância do currículo de um curso Veiga (2001, p. 26-7) observa que este não é um instrumento neutro e que não pode ser separado do contexto social, apresentando-se historicamente situado e culturalmente determinado (VEIGA, 2001, p. 26-7).

Assim, de posse dos estudos do perfil do aluno de Administração apresentado anteriormente, verifica-se que no atual momento a pesquisa não irá ocorrer nestes cursos por uma iniciativa exclusiva dos alunos.

A pesquisa realizada para a confecção da Monografia poderá auxiliar o discente na compreensão das diversas disciplinas que contemplam outras áreas do conhecimento, buscando romper com a fragmentação que, muitas vezes, ocorre no decorrer do curso sem uma efetiva interdisciplinaridade, como se as disciplinas fossem estanques, sem qualquer correlação entre elas.

Objetiva-se a complementação da formação profissional do aluno, com a aquisição de novos conhecimentos e exploração dos já adquiridos, não havendo assim uma contradição da pesquisa com a prática da profissão no mercado de trabalho.

O processo de investigação e o rigor metodológico na abordagem dos temas e trabalhos devem permitir ao aluno construir um conhecimento baseado no processo investigativo e na busca por respostas e soluções que nem sempre virão de forma fácil, mas que poderão norteá-lo em futuros trabalhos, na área acadêmica, ou no mercado profissional propriamente dito.

3.2 A formação dos docentes e a monografia: possibilidades de desenvolvimento

A formação dos docentes nos cursos de Administração também passou por grande transformação. Se, inicialmente, na maior parte das Instituições de Ensino Superior Privadas, a docência era praticada por profissionais do mercado e bacharéis, a Lei de Diretrizes e Bases, lei 9.394 de 1996, ao estabelecer a exigência de número mínimo de mestres e doutores, fez com que as IES cobrassem seus docentes quanto à qualificação mínima acadêmica, por meio dos programas de mestrados e doutorados.

Assim, nestes últimos 10 anos, tem ocorrido a qualificação de grande parte dos docentes, que ao realizarem suas pesquisas de mestrado/doutorado também compreendem melhor o processo de orientação dos discentes nas atividades de monografia, que está se configurando como um elemento importante no processo de ensino-aprendizagem e de reciclagem contínua do docente.

Verifica-se que a construção da monografia em vários cursos tem sido um processo conjunto de discentes e docentes. A seguir, apresentaremos estudo realizado na Universidade de Marília (UNIMAR), buscando identificar a importância da atividade para o desenvolvimento docente e discente.

4 – A Monografia no curso de Administração da Unimar: algumas reflexões

Na atual estrutura curricular do curso de Administração da Universidade de Marília, o Trabalho de Conclusão de Curso é previsto com esta mesma nomenclatura, apesar de objetivar a realização de uma monografia.

O processo de implantação de monografia foi gradual e resultado do amadurecimento do curso e de seu corpo docente.

Se até o ano de 1996 poucos docentes, principalmente os das áreas específicas, possuíam cursos de pós-graduação *Stricto-Sensu*, a partir deste ano, principalmente em função de um incentivo e cobrança institucional, muitos docentes entraram em programas de Mestrado. Assim, dos docentes do curso de Administração da Instituição, 69,56% são mestres, e destes 8,7% estão em fase de realização do doutorado.

Compondo este processo, foi criada a Revista *Estudos* da Faculdade, na qual o corpo docente publica, regularmente seus artigos. A Revista *Estudos* é uma publicação da Faculdade de Ciências Humanas (faculdade na qual o curso encontra-se alocado) e está na sua nona edição, sendo indexada e classificada com conceito C no Qualis/Capes, com circulação nacional.

Até o ano de 2000, os alunos tinham como trabalho final apenas a entrega do relatório do Estágio Obrigatório Supervisionado; a partir de 2001, passaram a desenvolver Trabalhos de Conclusão de Curso, contendo reflexões de autores sobre a área estagiada, apesar de não haver banca de defesa. Nos anos de 2002 e 2003 os alunos defenderam os Trabalhos de Conclusão de Curso, na forma de monografias, mas com estudos bibliográficos e pesquisa de campo vinculados ao Estágio. Apenas em 2004 a atividade de Monografia foi implementada como uma atividade independente da realização do Estágio, o que vem exigindo um constante debate e aprimoramento do corpo docente.

Se da parte do corpo docente é verificado, claramente, um crescimento na atividade de pesquisa, faz-se necessária uma maior discussão e reflexão sobre a importância da monografia para os discentes.

4.1 – A atividade de Monografia na ótica dos egressos

Neste processo de discussão e reflexão sobre as atividades de monografia, a opinião dos discentes foi analisada através de uma pesquisa que utilizou como técnica um questionário, contendo 12 questões fechadas, que foi encaminhado por *e-mail*/correio aos egressos dos últimos três anos.

O número de egressos deste período foi de 147, destes obteve-se a resposta de 31 questionários que corresponde a 21,1%. Dos questionários obtidos, 32% foram de formandos de 2002, 23% de 2003 e 45% de 2004.

Observa-se no perfil dos egressos, no que se refere à idade, uma proximidade com os dados apontados no item 2 que apresentam o perfil dos formandos de Administração do ano de 2003, pois 38,7% tem até 25 anos, sendo que apenas 19,35% tem mais que 35 anos. Também em relação ao mercado de trabalho, o perfil nacional apontava para um formando de administração que trabalhava em tempo integral durante a realização do curso (60,5%), nesta pesquisa identifica-se que 93,55% estão inseridos no mercado de trabalho, sendo que 64,5% atuam na área específica em que realizou sua graduação.

Destes egressos 19,35% já realizaram pós-graduação, 6,5% estão cursando e 74,15% ainda não ingressaram em nenhum programa de pós-graduação.

A principal motivação para a escolha da área da monografia foi o interesse em aprimorar os conhecimentos na área escolhida (51,6%); 29% associaram a realização da monografia à sua área de atuação profissional na época; 12,8% fizeram sua escolha pautando-se pela afinidade com o professor orientador e 6,35% viram na escolha da

monografia uma possibilidade de preparação para estudos de pós-graduação.

Estes interesses levaram à realização dos trabalhos concentrada nos temas relacionados à gestão, totalizando 51,1%. Na seqüência observa-se 17% em finanças, 12,8% em Recursos Humanos, 12,8% em Marketing e 6,3% em outras áreas.

A monografia contribuiu para um crescimento da atividade de leitura e pesquisa, apesar de verificar-se que alguns alunos ainda as utilizam pouco, 67,8% disseram ter consultado mais de 5 autores para elaborar o referencial teórico da monografia, 6,45% utilizaram 5 autores, 22,55% valeram-se de 4 autores e 3,2% disseram que utilizaram 3 autores.

Além da realização da pesquisa no acervo da biblioteca por 45,16% dos egressos, representando a maior fonte, e da indicação de autores pelo orientador para 19,35%, verifica-se a pesquisa pela Internet por 12,9%; o restante valeu-se de outras bases de dados.

A totalidade dos alunos que realizaram a pesquisa de campo (58% do total) afirma que aprendeu a elaborar, aplicar questionários e/ou entrevistas e a analisar seus resultados.

Os egressos apresentam, nas suas respostas, a importância que conferem a esta atividade, pois 42% dizem que obtiveram um maior domínio dos conhecimentos na área em que realizou a monografia; 29% afirmaram que a atividade foi importante ao mostrar a necessidade de planejamento e cronograma de atividades; 19,35% associam o desenvolvimento do trabalho a um auxílio na atividade profissional e para 9,65% houve o incentivo a continuar os estudos na pós-graduação.

A participação docente, conforme discutida anteriormente, também é identificada pelos egressos, pois 71% afirmam que o processo de orientação foi muito importante, 25,8% que foi importante, 3,2% pouco importante e ninguém afirma que foi irrelevante ou que não teve orientação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou refletir sobre as mudanças pelas quais o ensino de Administração passou no Brasil desde sua criação em 1954 até se tornar o maior curso em número de matriculados do país, em 2003.

Verificamos, no estudo, que a preocupação com a formação dos futuros administradores sempre esteve presente, hora por ocasião da participação dos Conselhos de Administração e ANGRAD, hora pelas políticas educacionais implementadas pelo governo federal, refletindo as necessidades do mercado de trabalho e conjuntura sócio-econômica do país.

Entretanto, analisamos o fato de que a maioria das Instituições de Ensino Superior, que oferecem os cursos de Graduação em Administração, não tem privilegiado a pesquisa, apesar de esta ser fundamental para a formação do perfil profissional pretendido, não bastando somente a atividade de ensino por meio de um bom currículo para desenvolver todas as competências requeridas ao futuro administrador.

Discutimos que somente a partir do Instrumento “Avaliação das Condições de Ensino”, os Trabalhos de Conclusão de Cursos passaram a ser um item analisado pelos avaliadores *ad hoc* do INEP, despertando o interesse dos cursos na busca por melhores resultados.

Conforme apresentado, o perfil do aluno de administração dificulta a realização de atividades de pesquisa, o que não deve ser entendido como uma justificativa para sua não efetivação.

Propõe-se, assim, que os trabalhos de monografias possam inserir este aluno na pesquisa e levar ao desenvolvimento do corpo docente, que também se qualificou em função das políticas públicas para a área de educação, especificamente a necessidade de qualificação docente presente na LDB e a incorporação das publicações como indicadores de avaliação pelo INEP.

Sendo assim, realizou-se uma pesquisa com os egressos dos últimos três anos do Curso de Administração da UNIMAR na qual foi possível verificar a contribuição para a formação, repercutindo tanto em continuidade dos estudos na pós-graduação como na atuação no mercado de trabalho.

A pesquisa sobre a história dos cursos de Administração no Brasil e na exemplificação do curso da UNIMAR nos leva a acreditar que, apesar da necessidade de um aprimoramento e incentivo à pesquisa discente e docente, a atividade de monografia pode representar o crescimento profissional e o desenvolvimento intelectual indispensável para a formação do administrador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, R. **Qualidade e eficiência do modelo de Ensino Superior brasileiro: uma reflexão crítica.** São Paulo: NUPESP/USP, 1989. Documento de trabalho, out. 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

_____, Ministério da Educação/ INEP- Instituto Educacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Provão 2002: Sistema de Avaliação da Educação Superior.** Brasília, 2002. vol. 2 (Administração). (CD-room).

_____, Ministério da Educação/ INEP- Instituto Educacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Superior – Graduação/ 2003.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2005.

_____, Ministério da Educação/ INEP - Instituto Educacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Superior – Graduação/ 1995.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2005.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CFA. **ANAIS: II Seminário Nacional sobre qualidade e avaliação dos cursos de Administração.** Vitória: UFES/CFA, 1997.

INÁCIO FILHO, G. **A Monografia na Universidade**. 7ª ed. Campinas: Papyrus, 1995.

LIMA, M. C. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARTINS, C. B. **Ensino Superior brasileiro**: transformações e perspectivas. São Paulo: brasiliense, 1989.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**: LDB - trajetórias, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1997.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma Construção Coletiva. In: VEIGA, I. P. A (org.) **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível. 13 ed. Campinas: Papyrus, 2001. p. 11-35.

